



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012083-77.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **GUILHERME FONSECA DE SOUZA LEITE**
Requerido: **NS2.COM Internet S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Os aspectos fáticos trazidos à colação não despertam controvérsias.

Extraí-se dos autos que o autor viu anúncio em site da ré da venda de um bicicleta pelo preço de R\$ 299,00, tendo então adquirido um produto nessas condições.

Posteriormente, porém, a ré informou que houve erro no preço da mercadoria, razão pela qual a compra foi cancelada.

O autor, sustentando que a ré deveria responder pelo anúncio que promoveu, postula a entrega do bem nas condições oferecidas, sob pena de pena pecuniária.

O produto foi anunciado por preço vil (R\$ 299,00), muito inferior ao seu valor real (R\$ 2.199,00).

Percebe-se com clareza que houve na espécie erro, e grosseiro, na oferta do bem adquirido pelo autor via internet.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não obstante se reconheça que a oferta realmente vincula o vendedor (CDC – art. 30), esse caráter de vinculação desaparece em casos de erro grosseiro porque preponderam então como sói acontecer os princípios do equilíbrio contratual e da boa-fé objetiva (CDC – art. 4º, inc. III) sobre os termos da oferta.

É nesse sentido o magistério de **JORGE ALBERTO QUADROS DE CARVALHO SILVA**:

“Não se descarta a publicação de oferta contendo preço bem inferior ao real, por culpa do anunciante, da agência ou do meio de comunicação. Há corrente doutrinária entendendo que o erro, mesmo grosseiro, vincula o fornecedor, a quem seria resguardada a ação regressiva. Em sentido contrário, existe doutrina compreendendo que se o preço for vil, muito abaixo daquele que teria de ser estabelecido, deveria ser considerado o erro na veiculação e, conseqüentemente, desconsiderada a obrigação. A segunda posição, todavia, é a mais que se aproxima do bom senso, não só porque a primeira termina sendo draconiana, mas também porque os princípios do equilíbrio contratual absoluto e o da boa-fé, referidos no art. 4º, III, do CDC, valem igualmente para ambas as partes, integrantes da relação jurídica de consumo: os fornecedores e os consumidores”(“Código de Defesa do Consumidor Anotado”, 5ª edição, p. 136).

Tal orientação aplica-se à situação dos autos, conduzindo à conclusão de que a ré não possui obrigação de sustentar os termos da propaganda levada a cabo, consideradas as peculiaridades assinaladas.

Não prospera nesse contexto a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**